

PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES APROVADAS NO IV CNP – FOZ DO IGUAÇU/PR – 2001

EIXOS TEMÁTICOS	PROPOSIÇÕES	OBSERVAÇÕES
<p align="center">Formação e Exercício Profissional</p>	<p>1. ÉTICA PROFISSIONAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pela revisão do atual Código de Ética Profissional, adotado através da Resolução 205/71 do Confea; - Que todas as contribuições sobre o tema, oriundas dos Congressos Estaduais e dos demais eventos realizados, bem como aquelas apresentadas no IV CNP, sejam encaminhadas ao CDEN – Colégio de Entidades Nacionais para que o mesmo elabore a minuta de um Novo Código de Ética, contemplando as alterações julgadas necessárias na Lei nº. 5194/66, e nas Resoluções 205/71 e 401/95, devendo sua aprovação ocorrer em evento próprio, a ser realizado no transcurso do ano de 2002. <p><u>Outras proposições</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Incluir a disciplina de ética e legislação profissional nos cursos de graduação; - Promover cursos, seminários e palestras de valorização profissional junto aos profissionais e sociedade, visando o resgate da confiança e do respeito; - Participar mais no processo de oferta e avaliação de cursos de graduação junto ao CNE e CEE's; - Participar junto às entidades de ensino da reformulação pedagógica com vista à integração e interação disciplinar teórico-prática; 	<ul style="list-style-type: none"> - Na opinião geral, o principal resultado do IV CNP foi a decisão “pela revisão do Código de Ética Profissional adotado pela Res. 205/71, do Confea”. - Coroando os amplos estudos realizados pela COPECE - Comissão Permanente de Estudos do Código de Ética, do CDEN, ainda no ano de 2002 foi “aprovado” o Novo Código de Ética Profissional. Nesse mesmo ano o Confea, por meio da Res. 1.002/2002, “adotou” esse Código; e, na sequência, baixou a Res. 1.004/2003 que “Aprova o Regulamento para a Condução do Processo Ético Disciplinar”.

EIXOS TEMÁTICOS	PROPOSIÇÕES	OBSERVAÇÕES
<p>Formação e Exercício Profissional</p>	<p>– Estabelecer, em conjunto com CNE, grades curriculares mínimas de graduação e pós-graduação, com vistas a atribuições profissionais mínimas;</p> <p>2. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Motivar entidades de classe para a elaboração de tabelas de honorários profissionais (THP) e divulgar as homologadas pelos Creas; 2. Agir sobre empresas e órgãos públicos para o cumprimento do SMP (salário mínimo profissional), em conjunto com as entidades de classe; 3. Exigir registro e ART dos professores/técnicos das instituições de ensino; 4. Valorizar e fiscalizar a ART como documento em perícias judiciais, vistorias, laudos, obras, contratações e serviços junto ao judiciário, prefeituras, estatais e agentes de crédito; 5. Exigir a ART referente a projetos e atividades técnicas de órgãos públicos; 6. Estender, fiscalizar e esclarecer o procedimento de ART de receituário agrônomo para certificado fitossanitário de origem animal e vegetal aos pequenos produtores; 7. Profissionalizar a fiscalização do Sistema; 8. Fiscalizar prioritariamente leigos e empresas não registradas; 9. Exigir que os cargos de auditoria técnica de órgãos públicos sejam exclusivos de profissionais registrados, compatíveis com as suas atribuições; 10. Fiscalizar atividades profissionais de fundações e empresas ligadas a universidades; 11. Fiscalizar mais intensamente a ocupação de cargos privativos de profissionais habilitados no serviço público; 12. Impedir que os órgãos públicos contratem empresas não qualificadas ou sem profissionais responsáveis; 13. Investir-se no poder de embargo e penalização sobre obras e serviços na ação fiscal, mediante convênios com Prefeituras e Ministério Público; 	<p>- Dentro deste tema, foram tratadas, e de forma recorrente, praticamente todas as questões inerentes ao Sistema Profissional, suas ameaças e suas oportunidades.</p> <p>As questões foram discutidas superficialmente e as proposições foram aprovadas em caráter genérico, sendo que a maior parte delas foram formatadas no mesmo molde que assim começa: <i>“que o Confea providencie ... que o Confea comunique ...que o Confea faça...”</i> Sempre a responsabilidade atribuída ao Confea. Por isso é tão importante que todos conheçam o trabalho, publicado pelo Confea sob a forma de um folder, denominado QUEM É QUEM E QUEM FAZ O QUÊ NO SISTEMA CONFEA/ CREA.</p>

EIXOS TEMÁTICOS	PROPOSIÇÕES	OBSERVAÇÕES
	<p>14. Fazer gestões junto às prefeituras para uma mobilização das entidades de classe para participarem em temas de política urbana;</p> <p>15. Utilizar, com apoio das entidades de classe e Mútua, os meios de comunicação para a valorização profissional;</p> <p>16. Divulgar entre os profissionais suas responsabilidades civis;</p> <p>17. Discutir e adotar posições sobre as questões sociais, mormente as relativas às profissões;</p> <p>18. Promover orientação à sociedade sobre a necessidade de contratação de profissionais segundo atribuições;</p> <p>19. Divulgar e fazer cumprir o código de ética, considerando suas interações com o código de defesa do consumidor.</p>	
<p>Integração Profissional e Social</p>	<p>3. AGENDA 21 E OS DESAFIOS PARA O PROJETO BRASIL, desdobrado nos itens a seguir apresentados, dentro dos quais grande número de proposições foram discutidas, sendo que as abaixo apresentadas são apenas exemplificativas.</p> <p><u>I. AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:</u></p> <p>1. Privilegiar a execução de políticas públicas para a agricultura familiar, estimular a integração de agricultores e agroindústrias, capacitar as comunidades de adequada infraestrutura socioeconômica, e estimular a formação de associações profissionais, bem como de produtores, objetivando melhor competitividade destes;</p> <p>2. Empreender campanha para a reestruturação dos serviços estaduais de assistência técnica e extensão rural, objetivando o soerguimento da Agronomia Pública, como forma de levar os conhecimentos técnicos de produção econômica, social e ambientalmente sustentável aos pequenos produtores rurais;</p> <p>3. Desenvolver políticas de: crédito rural, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária e mercadológica, defesa agropecuária, agroindústria, agronegócio, agricultura familiar, preservação do meio ambiente e nova sistemática e reforma agrária;</p>	<p>A discussão do tema Projeto Brasil ocorreu num momento em que as principais organizações políticas, sociais e econômicas do País debruçavam-se sobre as importantes questões da Agenda 21, tanto no nível nacional como nos estaduais e municipais.</p> <p>Daí porque, como bem documentado no Relatório Final do 4º CNP, os congressos profissionais foram amplamente permeados pelo abundante material disponibilizado pela discussão da Agenda.</p> <p>Obviamente que o papel esperado do</p>

EIXOS TEMÁTICOS	PROPOSIÇÕES	OBSERVAÇÕES
<p>Integração Profissional e Social</p>	<p>4. Desenvolver política agrícola, orçamentária e tributária para o setor primário que tenha por objetivo a adequada geração de empregos e redução nos custos de produção;</p> <p>5. Considerar as sementes, mediante apoio do Sistema, patrimônio da humanidade e posiciona-lo contrariamente ao patenteamento das mesmas;</p> <p>6. Manter a proibição do uso de transgênicos em áreas de cultivo no País, até a comprovação de que não causam danos à saúde humana e ao meio ambiente;</p> <p>7. Estimular a dotação e recursos federais para municipalização da agricultura, com a criação de conselhos municipais de agricultura;</p> <p>8. Discutir o Plano Nacional de Qualidade e Produtividade em parceria com o Poder Público e entidades privadas, melhorando seus conceitos, metodologias e procedimentos;</p> <p>9. Estimular a criação de instituições nacionais de certificação de produtos agrícolas e de agronegócios;</p> <p>II. <u>GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS:</u></p> <p>10. Organizar de forma autossustentada as questões ambientais, mediante políticas que impliquem em adequado uso de energia, dos recursos naturais, desenvolvimento de políticas de suporte a mecanismos de desenvolvimento limpo, menor emissão de poluentes, e consequente comprometimento com a qualidade de vida das gerações futuras;</p> <p>11. Desenvolver, com o apoio dos profissionais do Sistema, uma transparente e eficaz política na defesa da Amazônia, como Patrimônio Nacional no que concerne à defesa da identidade indígena, do seu patrimônio mineral, florestal, de biodiversidade e, identificação dos potenciais problemas existentes à exemplo do indiscriminado uso de mercúrio;</p>	<p>Sistema Profissional era o de subsidiar – por meio das proposições aprovadas em seus congressos – essa “abordagem multissetorial da realidade brasileira, pro-curando focalizar a inter-dependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional”.</p> <p>Depois disso, os profissionais - tanto coletivamente, no âmbito de suas próprias organizações, como individualmente, enquanto cidadãos – foram à luta para que suas proposições pudessem ser apropriadas pela Agenda 21, e esta apro-veitada para o embasamento de políticas públicas e para a incorporação aos planos de governo.</p>
<p>Integração Profissional e Social</p>	<p>12. Desenvolver sistema de monitoração para uso dos recursos naturais, envolvendo a captação, exploração, infiltração e uso da água para consumo humano, animal e agrícola;</p> <p>13. Discutir amplamente a utilização do instrumento do EIA-RIMA no âmbito do Sistema, mediante a realização de Consultas Públicas;</p>	<p>Os interessados em conhecer o inteiro teor das pro-postas constantes do sub-tema PROJETO BRASIL, deverão procurar o Relatório Final do IV CNP,</p>

EIXOS TEMÁTICOS	PROPOSIÇÕES	OBSERVAÇÕES
	<p>14. Manter a gerência e o controle públicos dos recursos hídricos e instituir o Movimento de Cidadania pelas Águas, baseado em modelo democrático, participativo e descentralizado;</p> <p>15. Estabelecer uma adequada política nacional das águas, pro-movendo oportunidades de inserção dos profissionais do Sistema nesse discussões técnicas;</p> <p>16. Elaborar políticas públicas de preservação ambiental que fomentem o incentivo ao reflorestamento e a exploração sustentável das florestas naturais; e implementar um plano nacional de florestas nos âmbitos federal, estaduais e municipais;</p> <p>17. Desenvolver gestões favoráveis à necessárias implementação do Código de Mineração e consequente fiscalização do setor;</p> <p>18. Incentivar programas de proteção ambiental e incentivo a pesquisas científicas, destinados a evitar o uso irracional e indiscriminado dos recursos naturais;</p> <p>III. <u>CIDADES SUSTENTÁVEIS:</u></p> <p>19. Requerer a participação de representantes do Sistema Confea/Crea junto às instâncias de decisões municipais e regionais, mediante proposição de instrumento normativo específico, para que ocorra a efetiva contribuição profissional nas discussões e decisões relacionadas ao desenvolvimento de planos estratégicos para áreas urbanas e rurais; e à avaliação técnicas de programas e projetos, buscando maior eficiência e eficácia.</p> <p>20. Propor uma política de desenvolvimento sustentável, com observância ao uso e à ocupação do solo, preservando o meio ambiente, tendo como missão a inserção da população de baixa renda em um processo de melhoria social duradouro;</p> <p>21. Promover um processo de debate, amplo e sistemático, envolvendo todos os profissionais ligados ao tema de assentamentos humanos, de forma a direcionar as ações públicas, através da discussão e proposição do Plano Diretor, para que os serviços e a propriedade da terra possam ser acessíveis a todos, de forma a atenuar as desigualdades sócio-espaciais existentes nas cidades;</p> <p>22. Promover ações junto às instituições governamentais e não governamentais com o objetivo de restaurar, recuperar e preservar o patrimônio histórico dos</p>	<p>publicado pelo Confea.</p>

EIXOS TEMÁTICOS	PROPOSIÇÕES	OBSERVAÇÕES
<p>Integração Profissional e Social</p>	<p>municípios, gerando políticas e incentivos para resgatar e valorizar seu patrimônio arquitetônico, cultural e artístico;</p> <p>IV. <u>INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:</u></p> <p>23. Posicionar-se contrário à transposição das águas do Rio São Francisco e fomentar a total e adequada revitalização dessa bacia hidrográfica;</p> <p>24. Atuar junto aos Poderes Públicos para a instituição de políticas de incentivo ao uso de energias alternativas tais como a eólica, a solar, a biomassa, o gás natural, etc., evitando desperdício e aproveitando recursos energéticos atualmente desprezados em processos industriais e residenciais;</p> <p>25. Posicionar-se contra as privatizações das empresas de energia elétrica, de recursos hídricos e de saneamento;</p> <p>26. Analisar a execução de obras governamentais e sugerir ao Poder Público a retomada das obras paralisadas nas instâncias federal, estadual ou municipal, consideradas importantes para a sociedade;</p> <p>27. Ampliar os sistemas intermodais de transportes, em especial as hidrovias, ferrovias e navegação e cabotagem, de modo a baratear os custos dos insumos e fretes;</p> <p>28. Criar um programa nacional de reciclagem de lixo e resíduos agroindustriais; e fomentar o cumprimento da Lei de Crimes Ambientais, mormente ao ordenamento pertinente à área de saneamento ambiental;</p> <p>V. <u>REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS:</u></p> <p>29. Propor, mediante parcerias com os poderes públicos municipais, estaduais, federais e segmentos sociais, a implementação da engenharia, arquitetura e agronomia públicas, buscando o atendimento às demandas da população de baixa renda, considerando o Estatuto da Cidade e as peculiaridades regionais;</p> <p>30. Estimular as pesquisas e desenvolver campanhas que incentivem novas alternativas de geração de emprego e renda, e incentivar a construção civil como forma de ampliação de mercado de trabalho;</p> <p>31. Desenvolver ações de integração entre a universidade e a sociedade, com propostas e estudos acadêmicos voltados</p>	

EIXOS TEMÁTICOS	PROPOSIÇÕES	OBSERVAÇÕES
	<p>para a solução de necessidades reais, desta forma estimulando a pesquisa nas instituições de ensino;</p> <p>VI. CIÊNCIA E TECNOLOGIA:</p> <p>- <u>Gestionar no sentido de:</u></p> <p>35. Implementar políticas e programas de financiamento para o setor da ciência e tecnologia, de modo a integrar órgãos e laboratórios nacionais a institutos de pesquisas regionais e ao setor produtivo, na busca da redução da dependência de materiais e tecnologias estrangeiras;</p> <p>33. Criar incentivos e condições para que profissionais, empresas e instituições de ensino desenvolvam produtos, processos e serviços, que fortaleçam a tecnologia nacional; e implantar procedimentos permanentes de avaliação dos programas, com participação da sociedade;</p> <p>34. Investir em pesquisas objetivando melhorar a exploração dos potenciais de biodiversidade; e propor maior autonomia regional e o fortalecimento dos estados e municípios, através da implantação de planos estratégicos para o desenvolvimento integrado e auto-sustentável;</p> <p>35. Investir recursos nas pesquisas de ponta na área de biotecnologia e na capacitação dos recursos humanos disponíveis;</p> <p>36. Propor a instituição de comissões multiprofissionais para avaliar as decisões administrativas do poder executivo sob o ponto de vista tecnológico.</p>	
<p>Inserção Internacional</p>	<p>37. Promover fóruns sobre exercício profissional em mercados internacionais;</p>	